

Análise Comparativa dos Indicadores Econômico-Financeiros dos maiores Municípios por população das Mesorregiões do RS

**Matheus Brasil Freitas
Jeferson Luís Lopes Goularte**

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a situação econômico-financeira dos maiores municípios por população situados em cada uma das mesorregiões do Rio Grande do Sul. O estudo tem um enfoque na utilização de indicadores econômico-financeiros para a análise das demonstrações contábeis dos entes públicos. No referencial teórico são abordados os seguintes temas: Estrutura das Demonstrações Contábeis; e Análise das Demonstrações Contábeis. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram a pesquisa bibliográfica, em publicações sobre o tema da análise de demonstrações por meio de indicadores, e a pesquisa documental nas demonstrações contábeis dos municípios. Os dados foram analisados de forma quantitativa, em relação aos cálculos realizados nos indicadores, e qualitativa, através da interpretação dos resultados dos mesmos. Na apresentação dos resultados estão demonstradas as diferenças existentes entre os municípios com relação ao comprometimento com obrigações em curto e longo prazo, e também a composição do capital e os retornos do ativo e do patrimônio líquido. Nas considerações finais, o estudo destaca que os municípios de Santa Maria, Passo Fundo e Porto Alegre apresentaram os melhores índices de liquidez e atividade, enquanto que nos indicadores do grupo de endividamento e resultado, o Município de Santa Cruz do Sul obteve os melhores resultados. O Município de Pelotas apresentou quedas em indicadores de resultado, e os municípios de Caxias do Sul e Uruguaiana demonstraram índices negativos em mais de um grupo de indicadores.

Palavras-chave: Indicadores Econômico-Financeiros; Municípios; Demonstrações Contábeis.

ABSTRACT

This research aims to analyze the economic and financial situation of the largest municipalities per population located in each mesoregion of Rio Grande do Sul. The study brings into focus the usage of economic and financial indicators in order to analyze the accounting statements of public entities. Regarding the theoretical framework, the following topics are covered: Structure of Financial Statements and Analysis of Financial Statements. The collecting data techniques used were bibliographic research, in publications with reference to the subject of analysis of statements by indicators, and documentary research with respect to the financial statements of municipalities. The data was analyzed quantitatively concerning the calculations made in the indicators, and qualitatively through the interpretation of the results. The results demonstrate the differences between municipalities regarding the commitment to obligations in the short and long term came into view, and also the composition of capital and the returns on assets and on net worth. In the final considerations, the study points out that the municipalities of Santa Maria, Passo Fundo and Porto Alegre showed the best results in liquidity and activity indicators; while concerning the indicators of the debt group and of the financial result, the municipality of Santa Cruz do Sul achieved the best results. The municipality of Pelotas showed decay in result indicators, and the municipalities of Caxias do Sul and Uruguaiana showed negative rates in more than one group of indicators.

Keywords: Economic and Financial Indicators; Municipalities; Accounting statements.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade do Setor Público proporciona informações de suma importância para os órgãos públicos, assim como para a sociedade, considerando que são evidenciados resultados que demonstram a situação do patrimônio e os atos e fatos que afetam a variação patrimonial das entidades. De acordo com Mauss (2012), a Contabilidade aplicada ao Setor Público é sustentada por quatro pilares normativos, os quais são: a Lei Federal nº 4.320/1964; a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF); as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T SP); e as portarias, instruções normativas e manuais técnicos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Através desses dispositivos legais são apresentadas as demonstrações contábeis e os demonstrativos que possibilitam aos atores interessados em analisar os resultados de natureza patrimonial, orçamentária, econômica e financeira atingidos pelas organizações públicas.

A situação econômico-financeira atual demonstrada pela Administração Pública brasileira, principalmente no âmbito federal nas prestações de contas dos anos de 2014 e 2015, tem se destacado negativamente perante a sociedade pelo excesso de gastos e pelo descontrole das contas públicas. Diante dessa realidade, faz-se necessário ampliar o estudo sobre análise de indicadores econômico-financeiros dos órgãos públicos brasileiros para auxiliar os gestores na tomada de decisões e proporcionar à sociedade informações inteligíveis em relação às prestações de contas, cumprindo com o que estabelece a LRF no §1º do art. 1º, no que tange à transparência.

Tendo em vista que os resultados das contas públicas do Poder Executivo Federal têm sido amplamente divulgados na imprensa e a sociedade tem reagido em relação a essas informações, o presente estudo analisa indicadores econômico-financeiros na administração pública brasileira, no âmbito municipal. Sendo assim, foram selecionados sete municípios do Rio Grande do Sul, tendo como critério para escolha os municípios com maiores populações de cada Mesorregião, do respectivo Estado, determinada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Estado do Rio Grande do Sul possui uma área de 281.737,947 km², o nono maior em extensão do Brasil, e uma população estimada, em 2015, de 11.247.972 habitantes distribuídos em 497 municípios, sendo a quinta maior população entre as 27 Unidades da Federação. O IBGE divide geograficamente o Estado do Rio Grande do Sul em sete mesorregiões, as quais são: Centro Ocidental Rio-grandense; Centro Oriental Rio-grandense; Metropolitana de Porto Alegre; Nordeste Rio-grandense; Noroeste Rio-grandense; Sudeste Rio-grandense; e Sudoeste Rio-grandense (BRASIL, 1990). Os municípios com maiores populações das respectivas mesorregiões são: Santa Maria; Santa Cruz do Sul; Porto Alegre; Caxias do Sul; Passo Fundo; Pelotas; e Uruguaiana (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

O Estado do Rio Grande do Sul tem apresentado, há décadas, dificuldades financeiras para cumprir com suas obrigações, sendo destacado pela imprensa o parcelamento dos salários dos funcionários públicos em diversas áreas, assim como o baixo investimento em setores primordiais para a população, como a saúde, educação e segurança pública. As dificuldades do Estado são amplamente divulgadas, no entanto a situação econômico-financeira dos municípios do Rio Grande do Sul é pouco discutida, assim como não há estudos que demonstrem a situação de municípios de distintas regiões do Estado para o conhecimento da sociedade. Tendo em vista a importância da análise das demonstrações contábeis no setor público e a ausência de pesquisas que evidenciem a situação de municípios

do Estado do Rio Grande do Sul, o estudo questiona: **Qual a situação econômico-financeira dos maiores municípios por população de cada uma das sete Mesorregiões do Rio Grande do Sul no período de 2013-2015?**

O objetivo geral é analisar a situação econômico-financeira dos maiores municípios por população de cada uma das sete Mesorregiões do Rio Grande do Sul no período de 2013 a 2015. E os objetivos específicos estão estabelecidos a seguir: identificar os indicadores da análise econômico-financeira; calcular os indicadores nas demonstrações contábeis e; comparar os indicadores dos municípios pesquisados.

O artigo está estruturado a partir da introdução, a seguir o referencial teórico abordando temas como: Estrutura das Demonstrações Contábeis e Análise das Demonstrações Contábeis. Na sequência, é apresentado o método no qual foi realizado o desenvolvimento da pesquisa, a análise e discussão dos resultados, e, por fim, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O tema abordado nesta seção refere-se às demonstrações contábeis, em relação a sua estrutura e análise. Inicialmente é apresentada a estrutura das demonstrações contábeis, conforme o previsto em dispositivos legais vigentes, abrangendo balanços e demonstrativos utilizados no setor público. Por último, o referencial teórico trata sobre a análise das demonstrações contábeis através de indicadores econômicos e financeiros.

2.1 Estrutura das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis, de acordo com o exposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assumem o papel de promover a transparência dos resultados orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial dos entes públicos, por meio de informações geradas pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público (BRASIL, 2012). Corroborando com o texto do MCASP, Mauss (2012) afirma que são pelos registros contábeis que é possível obter os resultados orçamentários, financeiros e físicos, assim como a demonstração das variações do patrimônio público.

Composta pelas demonstrações mencionadas pela Lei Federal nº 4.320/1964 e as demonstrações exigidas pela Norma Brasileira de Contabilidade Técnica aplicada ao Setor Público (NBC T SP) 16.6 – Demonstrações contábeis, e pela Lei Complementar nº 101/2000, as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa; e Demonstração das Mutações do Patrimônio Público (BRASIL, 2014).

2.1.1 Balanço Orçamentário

Previsto no art. 102 da Lei Federal nº 4.320/1964, o Balanço Orçamentário demonstra “o confronto entre as receitas e despesas previstas com as realizadas” (BRASIL, 1964). As receitas são apresentadas detalhadamente em categoria econômica e origem, constando as previsões inicial e atualizada do exercício, a receita realizada e o saldo, o qual demonstra o excesso ou o déficit de arrecadação. Já as despesas são detalhadas em categoria econômica e grupo natureza da despesa, sendo discriminadas as dotações inicial e atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, liquidadas, e pagas e o saldo (BRASIL, 2014).

Conforme Mauss (2012), o Balanço Orçamentário proporciona a análise sobre o equilíbrio financeiro do exercício através do resultado da execução orçamentária, que é obtido no confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas. Além disso, é possível verificar se o planejamento orçamentário realizado foi eficiente ou não, como, por exemplo, em caso da receita arrecadada for muito inferior ou maior que a prevista, o que possibilita a fixação equivocada da despesa e conseqüentemente o desequilíbrio orçamentário.

2.1.2 Balanço Financeiro

Segundo o art. 103 da Lei Federal nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstra “a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte” (BRASIL, 1964).

Conforme o MCASP, o Balanço Financeiro apura o resultado financeiro do exercício, que indica se houve equilíbrio financeiro (resultado positivo) ou desequilíbrio (resultado negativo). No entanto, esses resultados não devem ser considerados geralmente como bons ou maus desempenhos das organizações públicas, pois ambos podem decorrer tanto da elevação, quanto da redução do endividamento. Sendo assim, é necessário que a análise do Balanço Financeiro seja realizada em conjunto com o Balanço Patrimonial (BRASIL, 2014).

2.1.3 Balanço Patrimonial

Conforme Mauss (2012, p. 131), o Balanço Patrimonial apresenta o “resultado dos registros e a situação patrimonial estática da entidade naquele momento, em termos do seu conjunto de bens, direitos, obrigações e patrimônio líquido”. No que tange à demonstração da situação do patrimônio de organizações públicas, ainda de acordo com o autor e na visão da NBC T SP 16.6, o Balanço Patrimonial tem por função demonstrar o resultado de forma qualitativa e quantitativa, sendo este balanço estruturado pelos seguintes grupos de contas: Ativo; Passivo; Patrimônio Líquido; e Contas de Compensação.

Segundo a STN, o Balanço Patrimonial proporciona aos órgãos públicos uma análise diversificada da situação patrimonial, sendo que é possível visualizar a realidade da entidade sobre a liquidez e o endividamento. Ainda conforme a STN, o Balanço Patrimonial divulgado pelas organizações públicas, em períodos determinados, é composto pela seguinte estrutura: Quadro principal (no qual constam as contas dos grupos do ativo, passivo e patrimônio líquido com os valores dos exercícios denominados atual e anterior); Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; Quadro das Contas de Compensação (controle); e Quadro do Superávit ou Déficit Orçamentário (BRASIL, 2014).

2.1.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) é “um relatório que mostra como ocorreram as alterações no patrimônio público, resultantes ou não da execução do orçamento e indica como ocorreu o resultado patrimonial do exercício” (MAUSS, 2012, p. 149). O resultado apresentado pela DVP é obtido pela diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, e permite, ainda na visão do autor, analisar quais foram os itens que proporcionaram a alteração positiva, negativa ou a manutenção do Patrimônio Líquido do órgão público.

2.1.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta, de acordo com Mauss (2012), os ingressos e os desembolsos, realizados em determinado período, que resultam na movimentação do caixa e equivalentes de caixa. Ainda conforme este autor, os fluxos que compõem a DFC são: de operações (demonstra as receitas e as despesas correntes); de investimentos (demonstra a movimentação dos investimentos realizados) e; de financiamentos (apresenta as operações de crédito contratadas e os pagamentos das amortizações dos financiamentos/empréstimos).

A análise em três fluxos permite a DFC auxiliar o gestor a identificar quanto de recursos será necessário para novos financiamentos, investimentos e custeio das atividades da organização pública, sendo esta a principal diferença entre esse demonstrativo e o Balanço Financeiro, o qual se limita a apresentar a receita e a despesa como um todo sem identificar os fatores que contribuíram para o aumento ou diminuição do saldo de caixa (MAUSS, 2012).

2.1.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Assim como a DVP, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) evidencia as variações que ocorreram no Patrimônio Líquido durante o período, diferenciando-se daquela em relação à estrutura do relatório. Enquanto a estrutura da DVP confronta as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, por meio de maior número de itens, a DMPL é composta, no mínimo, pelas seguintes contas: Patrimônio Social/Capital Social; Reservas de Capital; Ajuste de Avaliação Patrimonial; Reservas de Lucros; Ações/Cotas em Tesouraria e; Resultados Acumulados (MAUSS, 2012).

Este demonstrativo é obrigatório para empresas estatais dependentes, constituídas sob a forma de sociedades anônimas, sendo facultativo a sua elaboração pelos demais órgãos e entidades da Administração Pública brasileira (BRASIL, 2014).

2.1.7 Notas Explicativas

De acordo com o MCASP, as notas explicativas têm por objetivo facilitar a compreensão, por parte de seus usuários, em relação às demonstrações contábeis. Para cumprir este objetivo, as notas “devem ser claras, sintéticas e objetivas” (BRASIL, 2014, p. 358).

As notas explicativas podem acompanhar os demonstrativos, citados anteriormente, complementando-os com informações consideradas relevantes como, por exemplos: políticas de depreciação, amortização e exaustão que causam reflexos no patrimônio (no caso do Balanço Patrimonial); as retenções, que são operações que podem interferir no Balanço Financeiro; detalhamento sobre as despesas executadas por tipos de créditos e esclarecimentos sobre a utilização de superávit financeiro e reabertura de créditos especiais e suplementares, e o reflexo dessas medidas no resultado orçamentário, no caso do Balanço Orçamentário, entre outros (BRASIL, 2014).

Segundo Mauss (2012), a STN exige que as notas explicativas informem estimativas sobre períodos futuros (provisões). Também são exigidos que os valores contábeis passíveis de ajuste em ativos e passivos para o exercício financeiro subsequente sejam detalhados em natureza e no valor contábil na data em que as demonstrações se referem.

2.2 Análise das Demonstrações Contábeis

A contabilidade fornece informações sobre a situação financeira, patrimonial e econômica em forma de dados, sendo que estes são coletados e transformados, através de análise, em informações que possam ser compreendidas com clareza pelos tomadores de decisões e outros usuários. A análise das demonstrações contábeis proporciona o diagnóstico das situações financeira, econômica e patrimonial das entidades, assim como evidencia a forma de utilização dos recursos e as causas da variação da situação financeira e patrimonial, também sendo considerada, de acordo com Mauss (2012, p. 166), “um dos estudos mais importantes da administração financeira, tanto para gestores como para os usuários externos”.

Segundo Mauss (2012), existem dois tipos de análises em relação ao período a ser analisado pelo estudo, e são: análise estática e; análise dinâmica. A análise estática consiste no estudo de um período somente, inexistindo uma comparação em relação aos demais períodos. Já a análise dinâmica refere-se ao estudo de mais períodos, recomendando-se a análise de pelo menos três períodos para que seja possível analisar a evolução no tempo da situação econômica e financeira da entidade e, posteriormente, sejam tomadas as decisões para o futuro.

As informações obtidas nas demonstrações contábeis são importantes para os usuários que as utilizam, principalmente os gestores, tendo em vista, segundo Mauss (2012, p. 177), que estes “necessitam identificar a sua eficiência operacional e o desempenho pelos dados extraídos do balanço patrimonial e da demonstração de resultados”. Assim, como ferramenta de auxílio aos gestores, é utilizada a análise de indicadores econômico-financeiros para interpretação de dados fornecidos pelas demonstrações.

De acordo com Mauss (2012), a análise de indicadores econômico-financeiros é uma ferramenta importante para a tomada de decisão do gestor, pois apresenta um diagnóstico da realidade das finanças do órgão público. É através dos indicadores que é possível identificar se a organização possui capacidade para cumprir com dívidas a curto e a longo prazo, o modo como está estruturado o capital, assim como o retorno patrimonial obtido.

Segundo Gitman (2004 *apud* MAUSS, 2012, p. 207), os indicadores financeiros são divididos em cinco categorias: liquidez, atividade, endividamento, rentabilidade e valor de mercado. Seguindo esta visão, os indicadores para o setor público são classificados em grupos com as mesmas denominações das referidas categorias, alterando-se somente o da rentabilidade e valor de mercado para grupo de resultado.

2.2.1 Indicadores do Grupo Liquidez

Os indicadores do grupo liquidez têm por objetivo evidenciar a situação da organização pública no que tange ao cumprimento das obrigações em curto prazo. Adaptados dos indicadores para organizações privadas, conforme Mauss (2012), os indicadores desse grupo são: Capital circulante líquido livre (CCLL); Indicador de liquidez corrente (ILC); Indicador de liquidez seca (ILS); Indicador de liquidez livre (ILL); e Indicador de liquidez geral (ILG).

Quadro 1 – Indicadores do Grupo Liquidez

Indicador	Fórmula	Interpretação do resultado
Capital circulante líquido livre	$CCLL = \text{ativo circulante} - \text{investimentos do RPPS}$	Representa o quanto o órgão tem de recurso circulante para cumprir com obrigações em curto

	passivo circulante	prazo. Quanto maior o resultado, maior é a sobra financeira.
Liquidez corrente	$ILC = \frac{\text{ativo circulante}}{\text{passivo circulante}}$	Representa o quanto do ativo circulante está comprometido com obrigações do passivo circulante. Deve ser positivo e quanto maior melhor. Menor que 1,0 significa capital circulante líquido negativo, entre 1,0 e 1,9 pode ser que haja risco de inadimplência, e acima de 2,0 é recomendável e seguro.
Liquidez livre	$ILL = \frac{\text{ativo circulante} - \text{estoques} - \text{aplicações do RPPS}}{\text{passivo circulante}}$	Representa o quanto o órgão público possui em recursos circulantes para cumprir com dívidas de curto prazo sem contar os estoques e as aplicações do RPPS. Sendo maior que 1,0, a organização possui recursos para pagar as dívidas.
Liquidez geral	$ILG = \frac{\text{ativo circulante} + \text{ativo realizável a longo prazo}}{\text{passivo circulante} + \text{passivo exigível a longo prazo}}$	Indica a capacidade de pagamento de dívidas a curto e longo prazo com valores disponíveis e a receber. Resultado maior que 1 significa que a organização possui recursos para cumprir com obrigações. Caso seja inferior a 1, a entidade precisará de receitas futuras ou vender ativos permanentes para pagamento.

Fonte: Mauss, 2012, adaptado.

Conforme Mauss, Flach e Bleil (2012, p. 5) destacam, o grupo liquidez considera todos os valores que a organização “poderá arrecadar e pagar no curto e longo prazo, logo mede a capacidade de pagamento atual e futuro e não o que sobrou ou faltou no caixa, como é o caso do fluxo de caixa”.

2.2.2 Indicadores do Grupo de Atividade

Estes indicadores, segundo Mauss (2012) demonstram a relação entre investimentos em ativos e a receita total, e também mensuram a eficiência da gestão de ativos da entidade pública. O grupo de indicadores de atividade, ainda, considera todas as fases operacionais da organização para mensurar o ciclo operacional. Pertencem ao grupo os seguintes indicadores: Giro dos Ativos Permanentes (GAP); Giro do Ativo Total (GAT) e; Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL).

Quadro 2 – Indicadores do Grupo de Atividade

Indicador	Fórmula	Interpretação do resultado
Giro dos ativos permanentes	$GAP = \frac{\text{receita orçamentária}}{\text{(realizável a longo prazo} + \text{investimentos} + \text{imobilizado} + \text{intangível})}$	Evidencia a eficiência da entidade no uso de seus ativos de longo prazo. Quanto maior o valor obtido, melhor.
Giro do ativo total	$GAT = \frac{\text{receita orçamentária}}{\text{ativo real total}}$	Demonstra a eficiência do ente público no uso de seus ativos para gerar receitas. Quanto maior, melhor, tendo em vista que o valor obtido indica o número de vezes que a receita poderá recomprar o ativo, e um resultado alto demonstra a utilização eficiente do ativo.
Imobilização do Patrimônio Líquido	$IPL = \frac{\text{investimento} + \text{imobilizado} + \text{intangível}}{\text{patrimônio líquido}}$	Indica o quanto a organização imobilizou o capital próprio. Quanto menor melhor, pois significa que o ente público não possui todo

		seu patrimônio líquido imobilizado a longo prazo, e possibilita o financiamento em outros investimentos.
--	--	--

Fonte: Mauss, 2012, adaptado.

Esses indicadores, segundo Mauss (2012, p. 210), “buscam responder se o montante total de cada tipo de ativo está razoável, muito alto ou muito baixo, se comparado aos níveis atuais ou estimados de receita orçamentária”.

2.2.3 Indicadores do Grupo de Endividamento

Também conhecidos como indicadores de administração de dívida, esses indicadores proporcionam à organização reconhecer a composição das fontes de recursos, ao confrontar os recursos de terceiros e os próprios, e o grau de alavancagem financeira, assim como identificar a capacidade financeira para cumprir as obrigações de longo prazo (MAUSS, 2012).

Quadro 3 – Indicadores do Grupo de Endividamento

Indicador	Fórmula	Interpretação do resultado
Endividamento geral	$IEG = \text{passivo exigível total} / \text{ativo total}$	Mensura a proporção de ativos totais financiados por terceiros. Quanto maior o valor, maior é o grau de alavancagem financeira e de endividamento. Por representar o endividamento, quanto menor melhor.
Garantia de capital de terceiros	$IGCT = (\text{passivo circulante} + \text{passivo exigível a longo prazo}) / \text{patrimônio líquido}$	Demonstra o quanto o órgão público necessita de capital próprio para quitar as dívidas, assim como aponta o grau de dependência financeira de capital de terceiros. Quanto menor, melhor.
Composição do endividamento	$ICE = \text{passivo circulante} / (\text{passivo circulante} + \text{passivo exigível a longo prazo})$	Apresenta a composição da dívida da entidade, se possui mais obrigações a curto ou a longo prazo. Quanto menor, melhor, pois indica, teoricamente, que a organização possui mais liquidez para quitar dívidas em curto prazo.
Comprometimento de longo prazo	$ICLP = (\text{passivo circulante} + \text{passivo exigível a longo prazo}) / \text{receita corrente líquida}$	Representa o quanto da receita corrente líquida está comprometido para quitação de dívidas de curto e longo prazos. Quanto menor, melhor.
Comprometimento de curto prazo	$ICCP = \text{passivo circulante} / \text{receita corrente líquida}$	Representa o quanto da receita corrente líquida está comprometido com dívidas de curto prazo. Quanto menor, melhor.

Fonte: Mauss, 2012, adaptado.

Percebe-se que nesse grupo de indicadores, quanto menor o valor resultante, melhor é para a entidade pública, pois, com um menor volume de recursos de credores, o risco e o grau de endividamento são menores (MAUSS, 2012).

2.2.4 Indicadores do Grupo de Resultado

O grupo de indicadores de resultado demonstra os efeitos produzidos pelos resultados obtidos nos grupos de indicadores anteriormente abordados, que foram influenciados pelas políticas adotadas pelo ente público. Os indicadores que compõem esse grupo são: Resultado Patrimonial (RP); Resultado Orçamentário (RO); Margem Bruta

Orçamentária (MBO); Retorno do Ativo Total (ROA); Retorno do Capital Próprio (ROE) e; Retorno Patrimonial (MAUSS, 2012).

Quadro 4 – Indicadores do Grupo de Resultado

Indicador	Fórmula	Interpretação do resultado
Resultado patrimonial	$RP = \text{variação patrimonial ativa} / \text{variação patrimonial passiva}$	Demonstra a variação patrimonial anual com relação a aumento ou redução patrimonial. Quanto maior, melhor, pois se for maior a 1 ocorre superávit, caso contrário haverá déficit patrimonial.
Resultado orçamentário	$RO = \text{despesa orçamentária} / \text{receita orçamentária}$	Evidencia a relação entre receita orçamentária e despesa orçamentária do período. O resultado ideal é 1, pois representa que toda receita arrecadada no período foi aplicada como previsto. Se o valor for maior que 1 indica déficit, e se for menor que 1 o resultado aponta superávit orçamentário.
Margem bruta orçamentária	$MBO = \text{receita orçamentária} - \text{despesa liquidada} / \text{receita orçamentária total}$	Demonstra a economia de arrecadação da entidade no período. Valor ideal igual a zero, sendo que maior que zero indica sobra de arrecadação, e valor negativo, falta.
Retorno do ativo total	$ROA = \text{resultado patrimonial} / \text{ativo total}$	Apresenta o retorno obtido com o investimento em ativos para gerar resultado patrimonial. Quanto maior, melhor.
Retorno do capital próprio	$ROE = \text{resultado patrimonial} / \text{patrimônio líquido}$	Indica o quanto foi incrementado ou reduzido no patrimônio líquido pelo resultado patrimonial. Quanto maior, melhor.
Retorno patrimonial	$\text{Retorno} = \text{resultado patrimonial} / \text{receita orçamentária total}$	Evidencia quanto da receita orçamentária total aumentou o patrimônio líquido, por meio do resultado patrimonial. Quanto maior, melhor.

Fonte: Mauss, 2012, adaptado.

Conforme Mauss (2012, p. 261) destaca, os resultados obtidos nesses indicadores refletem as “práticas e decisões de gestão e retratam o nível de resultado em comparação com a liquidez, com a administração dos ativos e da dívida comparada com os resultados operacionais”.

A seguir passa-se a apresentação dos procedimentos metodológicos executados na realização desta pesquisa.

3 MÉTODO

A pesquisa se caracteriza como social aplicada, descritiva, de abordagem quantitativa e qualitativa, por meio de levantamento das demonstrações contábeis dos municípios pesquisados e da análise de indicadores econômico e financeiros.

O critério para definição da amostra pesquisada foram os municípios com maior população de cada uma das sete Mesorregiões do Estado do Rio Grande do Sul (BRASIL, 1990; RIO GRANDE DO SUL, 2016). Os municípios pesquisados foram Porto Alegre, da Mesorregião Metropolitana, Caxias do Sul, da Mesorregião Nordeste, Santa Maria, da Mesorregião Centro Ocidental, Passo Fundo, da Mesorregião Noroeste, Pelotas, da Mesorregião Sudeste, Santa Cruz do Sul, da Mesorregião Centro Oriental, e Uruguaiana, da Mesorregião Sudoeste.

As técnicas de coleta de dados foram a pesquisa bibliográfica, em publicações sobre o tema da análise de demonstrações por meio de indicadores, e a pesquisa documental nas demonstrações contábeis dos municípios pesquisados. Segundo Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é caracterizada por utilizar material já publicado, como livros e teses, entre outros, e permite ao pesquisador acesso a uma gama maior de informações em comparação a uma pesquisa direta.

O estudo também utilizou a técnica de pesquisa documental no que tange a consulta das demonstrações contábeis dos municípios, tendo em vista que, mesmo que esta técnica se assemelhe à pesquisa bibliográfica, é caracterizada pelo uso de documentos, dentre outros, institucionais de órgãos públicos em meio eletrônico (GIL, 2010). Os dados foram obtidos no endereço eletrônico do *Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro* (Siconfi) da STN, em acesso à aba “Consultas”, e posteriormente às subseções, “Consultar declarações” e “Siconfi” (BRASIL, 2016).

Os indicadores utilizados para as análises das demonstrações contábeis foram os apresentados por Cezar Volnei Mauss em seu livro “*Análise de Demonstrações Contábeis Governamentais: Instrumento de Suporte à Gestão Pública*”, publicado em 2012, com relação a liquidez, atividade, estrutura do endividamento e resultado, descritos nos quadros 1, 2, 3 e 4 do referencial teórico. O período compreendido pela análise foi de 2013 a 2015, por terem os balanços anuais homologados de acordo com a NBC T SP 16.6 (Demonstrações Contábeis), e também por possibilitar uma análise dinâmica de um período de 3 anos.

As técnicas de análise de dados foram a quantitativa nos cálculos dos indicadores econômico-financeiro selecionados, e qualitativa na interpretação das análises dos indicadores calculados. A análise quantitativa permite ao pesquisador identificar a realidade social através de números (GONSALVES, 2007). Já a análise qualitativa, conforme Gerhardt e Silveira (2009), busca descrever, compreender e explicar determinados fenômenos. A seguir, passa-se a apresentação e discussão dos resultados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os municípios estudados são os que possuem as maiores populações de cada mesorregião do Estado do Rio Grande do Sul, destacando-se que não são, necessariamente, os sete maiores municípios por população do respectivo Estado. Segundo dados da Fundação de Estatística e Estatística (FEE), as populações estimadas dos municípios analisados são: Porto Alegre, 1.480.967 habitantes; Caxias do Sul, 473.955 habitantes; Pelotas, 342.876 habitantes; Santa Maria, 275.777 habitantes; Passo Fundo, 196.587 habitantes; Uruguaiana, 128.197 habitantes; e Santa Cruz do Sul, 127.516 habitantes (RIO GRANDE DO SUL, 2016). Após a apresentação dos municípios objetos deste estudo, passa-se aos resultados obtidos com relação aos indicadores econômico-financeiros.

4.1 Indicadores de Liquidez

Os indicadores de liquidez representam o quanto a entidade possui de recursos, circulantes e não circulantes, para cumprir com suas obrigações a curto e longo prazos. O indicador CCLL representa a “folga” financeira, e os indicadores ILC, ILL e ILG a capacidade de pagamento da entidade, sendo que os resultados destes devem ser positivos e maiores que 1 (MAUSS, 2012). Na tabela 1 são demonstrados os indicadores do grupo liquidez de cada município estudado.

Tabela 1 – Indicadores de Liquidez

Indicador	CCLL (em mi R\$)			ILC			ILL			ILG		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Porto Alegre	988	1.165	1.719	6,49	4,72	7,84	6,40	4,72	7,76	1,72	1,61	1,11
Caxias do Sul	572	638	352	5,12	5,06	1,76	4,93	4,88	1,68	0,40	0,31	0,78
Pelotas	188	222	215	7,24	6,44	7,06	6,79	6,10	6,67	0,99	1,05	0,96
Santa Maria	402	444	467	9,39	11,69	11,18	9,34	11,60	11,13	0,82	1,71	1,38
Passo Fundo	268	294	341	30,46	10,58	8,98	30,26	10,38	8,69	1,64	1,53	1,36
Uruguaiana	28,6	5,9	-16,8	2,40	1,19	0,64	2,18	1,18	0,64	0,74	0,52	0,28
Santa Cruz do Sul	26,1	16,5	20,7	1,87	1,38	1,49	1,87	1,32	1,42	0,65	0,61	0,59

Fonte: Calculado pelo autor.

Nos indicadores CCLL, ILC e ILL dos anos de 2013 e 2014, todos os municípios obtiveram resultados satisfatórios, representando que os mesmos possuíam recursos circulantes para cumprir com obrigações de curto prazo, mesmo com a exclusão dos “estoques” e das “aplicações do RPPS”. No entanto, em 2015, o município de Uruguaiana apresentou resultados negativos no CCLL e menores que 1 no ILC e ILL, tendo em vista que esta prefeitura contraiu mais dívidas a curto prazo (em 2014 era R\$ 31mi e 2015 passou para R\$ 47mi) ao passo que o ativo circulante reduziu (de R\$ 37mi em 2014 para R\$ 28mi em 2015), o que representa insuficiência financeira.

O ILG dos municípios apresentou resultados com diversas variações entre os anos, 2013 a 2015 conforme demonstra a tabela 1. Destaca-se que no ano de 2013 eram 5 municípios, dos 7 analisados, que apresentaram resultado inferior a 1, enquanto em 2015 o número reduziu para 4. No entanto, verificou-se que os municípios de Porto Alegre, Santa Maria e Passo Fundo, mesmo com valores superiores a 1 em 2015, apresentaram quedas em relação aos anos anteriores, o que deve ser avaliado para não haver necessidade de utilizar recursos futuros ou alienar ativos nos exercícios seguintes. Outro município que apresentou quedas foi Uruguaiana, que, assim como nos indicadores anteriores, demonstra um volume maior de dívidas em relação aos recursos próprios, sendo que o ativo total cobre R\$ 0,28 para cada R\$ 1,00 de obrigações, a curto e longo prazo.

4.2 Indicadores do grupo de atividade

O grupo de indicadores de atividade relacionam os investimentos em ativos e a receita total para mensurar a eficiência da gestão de ativos da entidade pública, sendo que os indicadores GAP e GAT devem resultar em valores elevados, enquanto o IPL quanto menor, melhor (MAUSS, 2012). Na tabela 2 são demonstrados os indicadores do grupo de atividade de cada município estudado.

Tabela 2 – Indicadores do Grupo de Atividade

Indicadores	GAP			GAT			IPL		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Porto Alegre	1,44	1,47	1,96	1,06	1,06	1,16	0,63	0,65	0,91
Caxias do Sul	1,64	1,63	1,58	5,12	5,06	1,76	-8,69	-0,97	1,29
Pelotas	1,17	1,20	1,17	0,82	0,82	0,83	1,00	0,97	1,02
Santa Maria	3,40	3,15	3,62	0,80	0,80	0,82	8,21	0,37	0,48

Passo Fundo	1,83	1,72	1,73	0,78	0,74	0,70	0,50	0,56	0,60
Uruguaiana	1,04	1,22	1,32	0,80	0,99	1,10	1,56	3,01	-7,59
Santa Cruz do Sul	2,29	2,29	1,01	1,58	1,62	0,85	1,35	1,41	1,14

Fonte: Calculado pelo autor.

No GAP destacam-se os resultados obtidos por Santa Maria, pois atingiu em todos os anos valores acima de 3, representando que o município está utilizando seus ativos permanentes de forma mais eficiente que os demais analisados para gerar receitas. Já o município de Santa Cruz do Sul, que nos anos de 2013 e 2014 obteve os segundos melhores resultados, em 2015 apresentou uma queda acentuada e foi o que atingiu o menor valor, pois aumentou o seu ativo imobilizado de R\$ 139mi, em 2014, para R\$ 340mi, enquanto a receita não acompanhou esse incremento.

Em relação ao GAT, o município que apresentou os melhores índices foi o de Caxias do Sul, mesmo tendo apresentado quedas seguidas, sendo que em 2015 o valor foi mais de 65% inferior ao de 2014. Os municípios de Porto Alegre e Uruguaiana obtiveram também resultados acima de 1, que é o número de vezes que a receita pode recomprar ativos, sendo que os valores aumentaram no período, o que indica que ambos geraram receitas maiores com volumes menores de ativos.

Sobre o IPL, alguns municípios apresentaram valores negativos, como são os casos de Caxias do Sul, em 2013 e 2014, e Uruguaiana em 2015, sendo estes índices afetados pelos saldos negativos do patrimônio líquido de ambos. Ainda, no Município de Caxias do Sul foi identificado o maior índice de imobilização do capital em 2015, com o capital próprio comprometido em 129% com ativos não circulantes, sem contar o realizável a longo prazo.

Destaca-se também a acentuada variação apresentada nos resultados de Santa Maria, tendo em vista que em 2013 os ativos imobilizados, intangíveis e investimentos, somados, representavam 8,21 vezes mais que o patrimônio líquido declarado pelo Município, enquanto em 2014 e 2015 esse índice passou para 0,37 e 0,48, respectivamente, sendo estes resultados influenciados pelo aumento do patrimônio líquido no período, de R\$ 14mi, em 2013, para R\$ 284mi, em 2015.

4.3 Indicadores do grupo de endividamento

Este grupo de indicadores tem por objetivo identificar a estrutura dos recursos disponíveis na entidade, bem como a composição das dívidas em curto e longo prazo. Por representarem a participação de recursos de terceiros na estrutura de capital da entidade pública, os resultados destes indicadores devem resultar em valores inferiores a 1 e quanto menor melhor (MAUSS, 2012). Na tabela 3 são demonstrados os indicadores do grupo de endividamento de cada município estudado.

Tabela 3 – Indicadores do grupo de endividamento

Indicadores	IEG			IGCT			ICE			ICLP			ICCP		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Porto Alegre	0,33	0,37	0,44	0,50	0,58	0,79	0,12	0,16	0,11	0,25	0,29	0,28	0,04	0,06	0,05
Caxias do Sul	1,06	1,54	0,57	-17,43	-2,84	1,34	0,08	0,06	0,43	0,33	0,30	0,52	0,11	0,11	0,33
Pelotas	0,40	0,41	0,42	0,69	0,70	0,72	0,10	0,12	0,09	0,49	0,50	0,47	0,05	0,06	0,06
Santa Maria	0,97	0,47	0,57	40,50	0,88	1,33	0,08	0,14	0,12	0,44	0,39	0,46	0,13	0,10	0,11
Passo Fundo	0,43	0,46	0,52	0,77	0,84	1,08	0,04	0,12	0,12	0,11	0,19	0,25	0,02	0,08	0,10

Uruguaiana	0,68	0,81	1,09	2,22	4,17	-11,98	0,13	0,20	0,23	0,85	0,81	0,98	0,11	0,16	0,23
Santa Cruz do Sul	0,50	0,51	0,27	1,01	1,05	0,37	0,32	0,41	0,38	0,33	0,34	0,33	0,10	0,14	0,12

Fonte: Calculado pelo autor.

No IEG, o Município de Santa Cruz obteve o menor índice em 2015, com uma diminuição de 47% em relação ao ano anterior, após um período estável entre 2013 e 2014. Também se destacam Caxias do Sul, pela queda de mais de 37% do volume de recursos de terceiros em relação ao financiamento de ativos, entre 2014 e 2015, e Uruguaiana, pelo aumento de 34,5% no uso de dívidas, no mesmo período.

Pelo IGCT, percebe-se que três, dos sete municípios analisados dependem de capital de terceiros, como são os casos de Caxias do Sul, Santa Maria e Passo Fundo que possuem R\$ 1,00 de recursos próprios para cada R\$ 1,34, R\$ 1,33 e R\$ 1,08 de dívida, respectivamente. No caso do Município de Uruguaiana, que apresentou valor negativo, o resultado foi afetado pelo patrimônio líquido negativo em 2015, como já fora constatado em indicadores anteriores. Já os municípios de Porto Alegre, Pelotas e Santa Cruz do Sul possuem maior independência de credores, destacando-se o último Município, que apresentou uma queda considerável, assim como ocorreu no IEG.

No ICE, todos os municípios apresentaram ter menos de 50% de sua dívida a curto prazo, o que indica maior liquidez para cumprir com estas obrigações. No entanto, 5 dos 7 municípios atingiram resultados maiores em 2015 em comparação com o 2013, destacando-se a alta obtida por Caxias do Sul, que passou de 8% para 43%, a maior entre os municípios analisados.

Através dos indicadores ICLP e ICCP, foi possível verificar que os municípios apresentaram algumas variações durante o período, com a maioria tendo um aumento em ambos indicadores de 2015 em comparação com 2013. Ressalta-se o caso do Município de Uruguaiana, em que as dívidas totais representaram, em 2015, 98% da RCL, sendo 23% em curto prazo. Esse resultado indica uma situação a ser analisada para os períodos seguintes, tendo em vista que quase a totalidade da RCL estava comprometida com dívidas.

Ainda nos indicadores ICLP e ICCP, destacam-se os resultados obtidos por Passo Fundo, com o menor ICLP, mesmo tendo apresentado tendência de aumento, e de Porto Alegre, que manteve estáveis ambos os indicadores. Já o Município de Caxias do Sul deve atentar-se aos resultados deste período para exercícios futuros, tendo em vista que aumentou de 33% para 52% o comprometimento da RCL a longo prazo e de 11% para 33% o comprometimento a curto prazo.

4.4 Indicadores do grupo de resultado

Os indicadores deste grupo demonstram os resultados proporcionados pelas políticas praticadas na entidade pública, e também expressam os efeitos gerados pela situação dos indicadores de liquidez, atividade, e do grupo de endividamento (MAUSS, 2012). Nas tabelas 4 e 5 são demonstrados os indicadores do grupo de resultado de cada município estudado. A seguir a tabela 4 apresenta os indicadores RP, RO e MBO.

Tabela 4 – Indicadores do grupo de resultado

Indicadores	RP			RO			MBO		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Município / Ano									
Porto Alegre	0,98	0,95	0,96	1,03	0,95	0,96	-0,01	0,06	0,07

Caxias do Sul	0,94	0,68	0,88	0,95	0,99	1,01	0,10	0,07	0,04
Pelotas	1,11	1,07	1,02	0,97	0,95	1,03	0,10	0,10	0,06
Santa Maria	1,32	1,19	0,94	0,94	0,92	0,96	0,06	0,08	0,05
Passo Fundo	0,99	1,09	1,03	0,92	0,89	1,00	0,14	0,15	0,09
Uruguaiana	0,99	0,91	0,80	0,98	1,05	1,15	0,07	0,01	-0,07
Santa Cruz do Sul	1,07	1,03	1,46	0,97	1,03	1,00	0,07	0	0,02

Fonte: Calculado pelo autor.

Com relação ao indicador do RP, quatro municípios apresentaram déficit patrimonial no período, sendo que o Município de Uruguaiana possui o maior déficit e o Município de Santa Maria o maior decréscimo no período. Isso significa que estes municípios demonstraram uma Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) inferior à Variação Patrimonial Diminutiva (VPD), como, por exemplo, no caso de Uruguaiana, a VPD foi aproximadamente 20% superior à VPA. Já o Município de Santa Cruz do Sul apresentou crescimento no período e, em 2015, obteve um superávit patrimonial, com a VPA superior em, aproximadamente, 46% em relação à VPD.

Nos indicadores do RO e da MBO, é possível identificar um maior número de municípios com tendência a aumento das despesas orçamentárias e uma menor economia da receita. No caso dos resultados obtidos no indicador do RO, somente os municípios de Passo Fundo e Santa Cruz do Sul atingiram o resultado ideal, em 2015, que é igual a 1. Esse resultado representa que toda a receita orçamentária foi aplicada em despesas orçamentárias. Nos municípios de Porto Alegre e Santa Maria foi constatado um superávit orçamentário, em 2015, sendo que em 2013 o Município de Porto Alegre havia apresentado déficit. Os demais municípios analisados apresentaram déficit orçamentário, ressaltando-se o caso do Município de Uruguaiana, que obteve um aumento relevante de despesas orçamentárias, no período, em relação às receitas.

Assim como o resultado obtido no RO, o Município de Santa Cruz do Sul atingiu o valor mais próximo do ideal, que é 0, com 0,2 no ano de 2015. Esse resultado significa que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada, foi economizado R\$ 0,02, representando uma pequena sobra de arrecadação. Com exceção do Município de Uruguaiana, que apresentou falta de arrecadação em 2015, os demais municípios obtiveram sobras de arrecadação ou economia de receita.

A seguir a tabela 5 apresenta os indicadores ROA, ROE e Retorno Patrimonial, do grupo de resultado.

Tabela 5 – Indicadores do grupo de resultado

Indicadores	ROA			ROE			Retorno		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Município / Ano									
Porto Alegre	-0,04	-0,05	-0,11	-0,06	-0,08	-0,19	-0,04	-0,05	-0,09
Caxias do Sul	-0,09	-0,49	-0,13	1,44	0,90	-0,30	-0,10	-0,55	-0,14
Pelotas	0,16	0,11	0,03	0,28	0,19	0,04	0,20	0,13	0,03
Santa Maria	0,68	0,51	-0,09	28,37	0,96	-0,22	0,85	0,64	-0,11
Passo Fundo	-0,01	0,07	0,02	-0,02	0,12	0,05	-0,01	0,09	0,03
Uruguaiana	-0,01	-0,11	-0,29	-0,03	-0,56	3,18	-0,01	-0,11	-0,25
Santa Cruz do Sul	0,12	0,05	0,48	0,24	0,11	0,66	0,07	0,03	0,56

Fonte: Calculado pelo autor.

Com relação aos indicadores de retorno do ativo total (ROA), do capital próprio (ROE) e retorno patrimonial, somente os municípios de Pelotas, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul apresentaram resultados positivos ao final do período analisado, tendo em vista que os demais municípios obtiveram resultados patrimoniais negativos. Ainda, em comparação com 2014, apenas os índices de Santa Cruz do Sul obtiveram crescimento no ano de 2015. No ROA, este município melhorou a utilização de seus ativos para aumentar o PL, pois em 2013 a cada R\$ 1,00 investido em ativos, R\$ 0,12 resultaram em superávit patrimonial, enquanto em 2015 passou para R\$ 0,48.

No ROE, houve um resultado que não representou a realidade do município, como foi o caso do valor obtido por Uruguaiana em 2015, tendo em vista que o PL deste município obteve resultado negativo, assim como o resultado patrimonial do ano. Como os dois resultados foram negativos e a fórmula do indicador utiliza esses dois valores, o resultado foi positivo, mas não demonstrou a real situação do retorno patrimonial. Também nesse indicador, o resultado obtido pelo Município de Santa Maria em 2013 foi influenciado pela diferença considerável apresentada pelo PL em relação ao resultado patrimonial, sendo que este foi 28,37 vezes maior que o PL (que foi de R\$ 14.196.566,69).

Ainda sobre o ROE, o Município de Santa Cruz do Sul apresentou o melhor resultado do período, assim como fora no indicador ROA, sendo que aumentou o PL no período com o aumento do resultado patrimonial, pois, em 2013, este representava 24% do PL, enquanto em 2015 passou para 66%. Este resultado de 2015 é ainda mais expressivo quando comparado com o de 2014, que havia apresentado uma queda de mais de 50% nesta relação entre PL e resultado patrimonial em comparação ao ano anterior. Esta diferença considerável apresentada no ano de 2015 deve-se ao incremento do resultado patrimonial do período analisado, que foi de 833%, enquanto o aumento do PL foi de 232%, que também foi expressivo, mas inferior proporcionalmente ao do resultado patrimonial.

Corroborando com os resultados obtidos nos indicadores ROA e ROE, os mesmos municípios apresentaram os melhores resultados com relação ao retorno patrimonial. Assim como nos indicadores anteriores, o Município de Santa Cruz apresentou os resultados mais expressivos, sendo que em 2015, 56% da receita arrecadada proporcionou aumento do PL através do resultado patrimonial, índice bastante superior aos 7% de 2013, e aos 3% de 2014.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo cumpriu com os objetivos propostos, pois foi realizada uma análise da situação econômico-financeira dos maiores municípios por população das sete Mesorregiões do Rio Grande do Sul no período de 2013 a 2015 através da comparação dos resultados obtidos nos cálculos dos indicadores propostos por Mauss (2012).

Percebeu-se que os municípios apresentaram situações distintas entre si, bem como algumas variações acentuadas no período analisado. Os municípios de Santa Maria, Passo Fundo e Porto Alegre apresentaram bons índices de liquidez e de atividade, indicando que possuem capacidade de pagamento atual e futura, bem como administram os ativos de forma eficiente, conforme a interpretação destes indicadores de Mauss (2012).

Nos indicadores de endividamento e resultado, destaque para o Município de Santa Cruz do Sul que demonstrou baixo índice de comprometimento de sua RCL e utilização de capital de terceiros, bem como tem utilizado de maneira eficiente seus ativos e o capital próprio para gerar aumento do PL, tendo em vista que, conforme Mauss (2012), estes indicadores demonstram, respectivamente, a composição do capital, e os resultados

patrimoniais e orçamentários e os retornos gerados pelos ativos e resultados patrimoniais para aumento do PL.

O Município de Pelotas apresentou resultados satisfatórios na maioria dos indicadores, porém devem ser observados os resultados obtidos na liquidez geral, no qual o Município demonstrou não ter ativo suficiente para cumprir com o total de obrigações, e nos indicadores do grupo de resultado, os quais apresentaram quedas nos retornos do ativo e patrimonial e déficit orçamentário.

No Município de Caxias do Sul devem ser observados os indicadores de liquidez, pois somente o ILG obteve aumento no período e mesmo assim o total de ativo não é suficiente para cumprir com o total de obrigações. Os gestores também devem atentar-se ao alto índice de imobilização do PL e a queda acentuada do GAP, ambos apresentados em 2015, bem como os resultados negativos no ROA, ROE e retorno patrimonial.

Já o Município de Uruguaiana não obteve resultados satisfatórios na maioria dos grupos de indicadores, pois estes foram influenciados pela redução do ativo e aumento do passivo, no período 2013-2015, e pelo resultado negativo apresentado no resultado patrimonial, em 2015. Essa situação deve ser observada pelos gestores para os próximos exercícios pelo risco de insuficiência financeira do Município.

Ressalta-se que os resultados obtidos por este estudo limitam-se a retratar a situação econômico-financeira de municípios localizados em mesorregiões distintas de um mesmo Estado, sendo que as análises não devem representar o conjunto de municípios brasileiros, devido ao extenso número e diversas diferenças regionais entre estes.

A análise de indicadores permite uma visão sobre a situação econômico-financeira dos órgãos públicos por meio de balanços publicados por estes, em cumprimento aos princípios constitucionais da transparência e publicidade. Desta forma, é possível obter informações importantes para os gestores e para a sociedade, no que tange a tomada de decisões sobre o futuro a ser almejado.

Assim, este estudo contribui para a compreensão das demonstrações contábeis, e do uso de ferramentas de desempenho para avaliar a gestão pública, e sugere pesquisas futuras sobre o tema para um acompanhamento contínuo das práticas dos gestores da coisa pública por parte da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Federal nº 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, 17 de março de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 24 set. 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação do Instituto de Geografia e Estatística (FIBGE), 1990. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf>. Acesso em: 24 set. 2016.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 5. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública. Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2012.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. 6. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública. Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2014. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6ª%20edição_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773>. Acesso em: 24 set. 2016.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (Siconfi). **Consultas**: consultar declarações Siconfi. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf>. Acesso em: 24 set. 2016.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre Iniciação à Pesquisa Científica**. 4. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Editora Alínea, 2007.

MAUSS, C.V. **Análise de Demonstrações Contábeis**: instrumento de suporte à gestão pública. São Paulo: Atlas, 2012.

MAUSS, C.V; FLACH, F.; BLEIL, C. A informação de custos como base das decisões de gestão financeira no setor público. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 19., 2012, Bento Gonçalves. **Anais eletrônicos**... Associação Brasileira de Custos, 2012. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/295/295>>. Acesso em: 24 set. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística (FEE). **Perfil Socioeconômico RS**: municípios. Porto Alegre, 24 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/>>. Acesso em: 24 set. 2016.